

Esforço para conter gastos

por Celso Pinto
de Brasília

O governo quer o máximo de austeridade possível nos próximos dois meses, apertando a política fiscal e monetária. Descobriu ontem, no entanto, na reunião do Comitê de Acompanhamento dos Orçamentos Públicos (Comor), como é difícil colocar esta idéia em prática.

O Comor é o principal órgão de coordenação da execução da política econômica. Sua primeira reunião ontem, na Secretaria do Planejamento, foi especialmente importante porque foi o primeiro encontro amplo de toda a equipe econômica, espalhada na Seplan, no Ministério da Fazenda e no Banco Central. Participaram cerca de vinte técnicos destas áreas.

O tom geral das discussões acabou sendo dado pela Fazenda: o governo deve fazer o máximo para segurar seus gastos nos dois próximos meses. A base monetária, que deverá ter crescimento zero neste mês (em relação a fevereiro), deverá continuar sem crescimento em abril, e se possível, em queda. Deve-se fazer um esforço para segurar os gastos do orçamento da União para potencializar as transferências de recursos para o orçamento monetário. Este governo sabe que é impossível chegar ao valor de Cr\$ 42 trilhões em transferências, prometido ao FMI na última (e abandonada) Carta de Intenção. Mas quer manter as transferências numa proporção pelo menos equivalente a 17 a 20% do total do orçamento da União.

Dois técnicos do BC expuseram a execução e as perspectivas do orçamento monetário: Sílvio Luiz Rodrigues e Alberto Sozin Furugem. Dois técnicos da Seplan fizeram o mesmo em relação aos orçamentos fiscal e das estatais: José Teophilo Oliveira e Henri-Philippe Reichstul. Ficou claro que a tarefa da contenção não será simples em nenhuma das três áreas.

A principal arma imaginada pela Fazenda para garantir bons resultados monetários é abrir um espaço compulsório para colocação de títulos públicos nos bancos oficiais e grandes empresas estatais, como antecipara ontem este jornal. Imagina-se que esta operação possa resultar em vendas de Cr\$ 2 a 2,5 trilhões entre abril e maio. Este é um dinheiro que en-

colhe nas aplicações destas instituições e engorda o caixa federal.

Quando a discussão passou, no entanto, ao exame dos itens específicos dos orçamentos fiscal e monetário que poderiam ser emagrecidos, surgiram os problemas. Examinou-se tudo: as contas de subsídios do orçamento monetário (ao açúcar e ao trigo), os recursos do Iapás, aplicações na área agrícola (especialmente a conta das Aquisições do Governo Federal — AGP), além de outros itens. Em cada um deles há preocupações de ordem econômica ou política que inibem uma ação mais dura. Em outros casos, a restrição é legal: não adianta, por exemplo, o governo tentar segurar repasses que são legalmente garantidos.

O governo não desistirá da austeridade, até porque esta é uma arraigada convicção do Ministério da Fazenda. O cenário aprovado para abril e maio é bastante austero. Mas não será fácil operar a contenção, especialmente em função das pressões políticas que acompanham o renascimento do regime plenamente democrático.